

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 216/XV/1ª

Incentivar as infraestruturas verdes e a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais

O aproveitamento das águas pluviais tem sido “o parente pobre dos serviços de água”, de acordo com o principal plano estratégico setorial (PENSAARP 2030) ¹, onde finalmente se defende uma maior valorização do potencial destas águas, ao mesmo tempo que se procuram reduzir os riscos e os custos associados ao déficit de planeamento nas redes de drenagem e tratamento.

Contudo, é necessário acelerar os investimentos neste domínio, seja no âmbito público ou privado, para compensar a inércia de infraestruturização que se tem registado. A redução da disponibilidade hídrica terá um impacto cada vez mais forte no território nacional pelo que é necessário olhar para as águas pluviais como parte da solução.

O Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) esteve em consulta pública entre março e maio de 2022, aguardando-se a sua publicação. No diagnóstico efetuado ficam claras as fragilidades neste domínio:

- *“A infiltração ou a ligação de águas pluviais nomeadamente para os coletores de águas residuais, aumenta os caudais afluentes às estações de tratamento, com impactes significativos nos custos de operação (energia e tratamento).*
- *Carências de informação sobre águas pluviais e soluções autónomas*
- *Não se conhecem os investimentos realizados em sistemas de gestão de águas pluviais, sempre menos priorizados*
- *Falta de regulamentação das atividades de gestão de águas pluviais e nomeadamente de soluções verdes*
- *Necessidade de robustecer o licenciamento e a fiscalização das rejeições de águas residuais e pluviais nos sistemas de drenagem e nos meios recetores*
- *Insuficiente conhecimento, monitorização e controlo dos deveres e obrigações relativos à gestão das águas pluviais por parte das entidades públicas*
- *Ausência de informação das redes pluviais, sendo que as anomalias/ocorrências associadas provocam danos de dimensão e custos relevantes, comportando consequências de vários níveis a pessoas e bens*

¹ PENSAARP 2030. Versão colocada em consulta pública. Pág. 26.

- **Os serviços de águas pluviais são uma área de relativo desconhecimento sobre o que existe, o que reforça a necessidade de uma visão estratégica”.**

Neste âmbito, o PENSAARP 2030 assume que a gestão dos serviços de águas pluviais se deve centrar em evitar inconvenientes e prejuízos provocados pelas águas pluviais nas áreas habitadas, nomeadamente em termos de proteção de habitações, de comércio e do tráfego, e deve ainda ter presente a necessidade de redução de aflúncias indevidas e indesejadas nos sistemas para evitar problemas de poluição a jusante, bem como potenciar a utilização de águas pluviais como origem alternativa de água. De entre as medidas defendidas salientam-se:

- *“Construção e renaturalização de infraestruturas de gestão de águas pluviais, em geral municipais, em zonas edificadas de maior risco de cheia, promovendo a valorização do território, a minimização de acidentes e prejuízos, e tendo presente a crescente necessidade de adaptação às alterações climáticas.*
- *Melhoria da qualidade das águas pluviais rejeitadas*
- *Redução de aflúncias indevidas/indesejadas nos sistemas de águas pluviais*
- *Melhorar o conhecimento do custo do serviço e conceber critérios de recuperação dos gastos do serviço de gestão de águas pluviais*
- *Continuar a separação tendencial das redes*
- *Tendência crescente de utilização de soluções verdes para a drenagem pluvial (ex. pavimentos permeáveis, sistemas de bioretenção, valas vegetadas, trincheiras ou poços de infiltração, bacias de infiltração, bacias de retenção, zonas húmidas construídas ou leitos de macrófitas e telhados verdes), em alternativa à solução convencional de coletores, o que obriga a uma melhor articulação com o planeamento urbano e com a gestão hidrográfica.*
- *Soluções híbridas, incluindo técnicas de base natural (soluções verdes), por exemplo, através do aproveitamento de condições naturais de retenção e infiltração, com possibilidade de ligação direta ou indireta à infraestrutura física da entidade gestora, desde que viável técnica, económica e socialmente.*
- **É importante reforçar o financiamento do serviço de gestão de águas pluviais separativas para assegurar a sua gestão sustentável, numa perspetiva de longo prazo, incluindo a sua evolução para soluções verdes”.**

Importa ainda referir que para além deste âmbito de planeamento e gestão associada aos serviços de água, mais na esfera das políticas públicas, há uma crescente sensibilização e iniciativa dos consumidores para o aproveitamento das águas pluviais para usos não potáveis, como por exemplo para regas de jardins. Há também uma maior integração de sistemas de aproveitamento de águas pluviais nos

projetos de arquitetura, o que contribui para um uso mais eficiente da água e até para uma redução de custos a médio e longo prazo.

Politicamente, tem existido um discurso centrado no aproveitamento das águas residuais tratadas, mas continua a haver um déficit de atenção ao aproveitamento das águas pluviais. Apesar do diagnóstico cheio de fragilidades e da maior visão sobre a necessidade de valorização deste recurso, sobretudo num contexto de agravamento da seca, importa acelerar investimentos neste âmbito. Há que inovar e incentivar as infraestruturas verdes, criando condições para que o planeamento urbano incorpore cada vez mais soluções de aproveitamento de águas pluviais.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

1. Reforce os investimentos destinados a projetos de infraestruturas verdes e à instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais ao abrigo do Portugal 2030.
2. Promova iniciativas destinadas à divulgação de boas práticas no aproveitamento de águas pluviais.

Assembleia da República, 8 de setembro de 2022

As/Os Deputadas/os,

Hugo Oliveira

Bruno Coimbra

Hugo Martins de Carvalho

Alexandre Simões

Carlos Cação

João Marques

Jorge Mendes

Rui Cristina

Alexandre Poço

António Prôa

António Topa Gomes

Cláudia André

Cláudia Bento



João Moura
Patrícia Dantas
Paulo Ramalho